

Biologia Geral e Experimental

Biol. Geral Exper., 11(2):4-12

29.xii.2011

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL, RORAIMA: ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E COMENTÁRIOS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

*Herundino Ribeiro do Nascimento Filho¹
Sebastião Pereira do Nascimento²*

RESUMO

São comentados aspectos étnicos e políticos das comunidades indígenas da região Raposa Serra do Sol em Roraima (taurepang, makuxi, wapichana, ingarikó e patamona). Resultados das discussões sobre uso de recursos naturais em 11 oficinas para capacitação de pessoal são também comentados.

Palavras-chave: etnodesenvolvimento, comunidades indígenas, Raposa Serra do Sol, Roraima, Brasil.

ABSTRACT

Ethnic and political aspects of the indigenous communities of the Raposa Serra do Sol region in Roraima (taurepang, makuxi, wapichana, ingarikó e patamona) are commented. Results of discussions on the use of natural resources held in 11 workshops for personnel training are also commented.

Key words: ethnodevelopment, indian communities, Raposa-Serra do Sol, Roraima, Brasil.

INTRODUÇÃO

O início do século vinte e um marcou um evento dos mais relevantes para as comunidades indígenas de Roraima – o reconhecimento pelo governo federal de suas terras tradicionais. Há décadas lutando por seus direitos, os grupos étnicos roraimenses finalmente têm suas terras de direito. Este evento não é isolado e trás consigo um conjunto de ações, meticulosamente planejadas há décadas, através de discussões entre os líderes das comunidades, órgãos federais e instituições não governamentais.

Após a homologação da área Raposa Serra do Sol, a preocupação principal das lideranças é como implementar os projetos que visam o desenvolvimento das comunidades, ao mesmo tempo em que possam

manter e fortalecer os seus aspectos culturais. Este desafio está sendo enfrentado pelos indígenas sob vários ângulos, tais como, educacionais, sócio-culturais, políticos, ambientais e saúde, abrangendo um enfoque decisivo no que diz respeito ao uso dos recursos naturais. Nestes aspectos os indígenas não estão sós e contam com a colaboração de vários setores da sociedade roraimense, apesar dos enfrentamentos de setores refratários ao desenvolvimento dos grupos étnicos da região.

A grande luta dos índios de Roraima teve enfoque mais amplo com relação à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mas no contexto político todas as demais se integraram e se fortaleceram. Neste trabalho nós comentamos sobre alguns aspectos

¹Universidade Federal de Roraima, Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, Campus do Paricarana, Av. Ene Garcez 2413, Boa Vista, Rr 69304-000 herundino@yahoo.com.br.

²Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Núcleo de Pesquisas de Roraima, R. Cel. Pinto 315, Boa Vista, 69301-150 spereira@inpa.gov.br.

sócio-culturais relevantes das comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Também tecemos comentários sobre oficinas de capacitação realizadas nas comunidades, das quais participamos, e que contaram com a interação dos indígenas nas discussões sobre projetos que as comunidades julgam importantes para o desenvolvimento das etnorregiões.

LOCALIZAÇÃO DAS ETNIAS INDÍGENAS DO NORTE DE RORAIMA E ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol foi homologada com 1.743.089 ha através do Decreto Federal nº 534 de 15.4.2005. Situada entre as fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana, a região compreende 19.708 habitantes e 176 comunidades das etnias makuxi, wapichana, taurepang, ingarikó e patamona, distribuídas em quatro etnorregiões: i) Surumu, 4.474 pessoas, 29 malocas, ii) Baixo Cotingo, 2.774 pessoas, 34 malocas, iii) Raposa, 4.134 pessoas, 41 malocas, iv) Serras, 8.620 pessoas, 72 malocas.

Algumas etnias vivem isoladas e outras coexistem formando famílias de etnias distintas. O povo makuxi vive nas áreas abertas de lavrado (descrição da região em Vanzolini & Carvalho, 1991) e constitui a maior população indígena de Roraima, com várias aldeias também na Guiana. Os taurepang ocupam a região do alto rio Surumu, na fronteira com a Venezuela; os ingarikó e patamona habitam as proximidades dos rios Cotingo e Maú. Os wapichana, embora dividam algumas aldeias com os makuxi, se concentram mais na região da Serra da Lua, nos limites da República Cooperativista da Guiana, onde também vivem seus parentes étnicos.

Os povos makuxi, patamona, ingarikó e taurepang são do tronco lingüístico Karib. Os wapichana são do tronco Aruak. Embora a maioria dos indígenas tenha bom domínio da língua portuguesa e das suas línguas tradicionais, em algumas aldeias próximas dos centros urbanos existem pessoas que não falam mais a língua materna; já nas aldeias mais

afastadas a língua materna é falada no dia a dia e existe alguma dificuldade no uso da língua portuguesa. As populações ingarikó e patomona se comunicam principalmente na língua materna, poucos são os falantes da língua portuguesa. Nas fronteiras com a Guiana e Venezuela os indígenas falam o inglês ou espanhol.

A aldeia ou maloca constitui um agrupamento social com um número de habitantes variando de 25 a pouco mais de 1.000 pessoas, acomodadas geralmente em casas tradicionais onde residem uma ou mais famílias. As casas são cobertas por palha de buriti ou de injá e o piso é de chão batido. Nas comunidades geralmente há um núcleo central de casas, onde também funcionam a igreja, a escola, o posto de saúde e um local (malocão) para reuniões e outros eventos culturais. Os retiros ou “fazendas” são para a criação de animais e são localizados longe dos núcleos sociais, para evitar que as criações atrapalhem as atividades agrícolas.

As atividades das comunidades são basicamente de subsistência, alicerçadas na agricultura familiar, pecuária extensiva e no extrativismo. As relações de trocas são comuns entre famílias. Em menor escala ocorre circulação de capital envolvendo diversas fontes, tais como a venda dos poucos excedentes e proventos de alguns membros das comunidades, que incluem aposentados, professores indígenas e agentes de saúde que trabalham na região. Entretanto, a maior fonte de circulação de capital nas comunidades é proveniente do lucro das cantinas, que podem ser comunitárias ou particulares.

Cada comunidade tem um tuxaua, pessoa que tem a função de liderar social e politicamente o seu povo, bem como representar a comunidade nas relações oficiais com outras comunidades e com os não índios.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ENTRE COMUNIDADES: O CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

As comunidades indígenas roraimenses estão representadas por uma organização que reúne todas as etnias – o Conselho Indígena de Roraima. A história de criação deste Conselho se iniciou em 1977, quando começaram a ser formados os primeiros conselhos regionais, reunindo comunidades indígenas que buscavam alternativas políticas e econômicas frente a uma situação de extrema violência e opressão por parte de fazendeiros, garimpeiros e outros setores interessados na ocupação de seus territórios tradicionais.

O marco definitivo da luta dos indígenas por uma associação que os representasse politicamente foi a Assembléia Geral de 1987, evento realizado na missão Surumu com tuxauas de diversas regiões. Nesta assembléia os tuxauas decidiram criar uma organização com sede em Boa Vista para representar e encaminhar as reivindicações dos povos indígenas. Foi assim criado o Conselho Indígena do Território de Roraima - CINTER, que mais tarde passou a ser o Conselho Indígena de Roraima - CIR.

No início o CIR focalizou a luta para a retomada das suas terras tradicionais, levando à frente os processos para reconhecimento legal das áreas onde vivem. Vencida esta fase para homologação das terras, a luta dos indígenas teve outros enfoques e, no presente, o Conselho busca desenvolver atividades voltadas para a sustentação econômica e uso dos recursos naturais nas suas bases comunitárias.

Assim foram desenvolvidas ou revitalizadas várias ações dentro desta filosofia, por exemplo, o projeto “Uma vaca para o índio”, destinado à criação extensiva de gado no lavrado. É um projeto muito importante, que começa com a entrega de 50 matrizes e 2 reprodutores para uma comunidade. Esta comunidade então assume o compromisso de cuidar do rebanho durante 5 anos, após os quais repassa o rebanho procriado para outra comunidade, ficando com o rebanho remanescente. Este projeto começou na região das Serras foi progressivamente se estendendo

por outras etnorregiões e tem hoje (2010) perto de 50.000 animais bovinos.

Outra ação bem sucedida do Conselho refere-se à saúde voltada para os indígenas. O sistema de saúde é precário em Roraima e para os indígenas então era de uma dificuldade enorme, porque o sistema público local não alocava recursos suficientes para atender especificamente as suas necessidades. Alguns órgãos federais, como a Funai e a Funasa, prestavam alguma assistência, removendo pacientes de pacientes e distribuindo medicamentos, porém sem a participação direta dos índios e da maneira como organizam as suas atividades. Daí que o resultado destas ações não era eficiente para os indígenas.

Neste sentido foi estabelecido um convênio entre o Conselho Indígena e a Funasa, com o objetivo de disponibilizar recursos para o pagamento de bolsas para Agentes Indígenas de Saúde e contratação de equipes técnicas para treinamento. Esta foi uma ação das mais importantes na área de saúde indígena, porque a partir de então melhorou muito a eficiência dos serviços na área de saúde indígena.

Nos mesmos moldes que na área da saúde, na educação o Conselho Indígena tem procurado soluções para uma educação voltada para as comunidades. Este busca resultou na criação do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, coordenado por um conselho diretivo ligado diretamente ao CIR. É uma escola reconhecida pelo Ministério da Educação, que até o presente (2010) formou 60 técnicos indígenas de nível médio, com habilitação em agropecuária e manejo ambiental. Os egressos desta escola estão atuando nas suas comunidades.

O Conselho Indígena de Roraima vem também trabalhando em parceria com a Organização dos Professores Indígenas de Roraima, os quais atuam nas escolas das comunidades com ações que visam resgatar a língua materna e as tradições indígenas. Atualmente (2010) esta Organização trabalha em 226

escolas, com 1.044 professores indígenas e 10.572 alunos.

Outra importante ação desenvolvida pelo Conselho é a forte articulação política com outras organizações indígenas da região. Assim foi criado vínculos entre o Conselho e a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima, a Associação dos Povos Indígenas de Roraima, a Associação dos Povos Indígenas Yanomami e a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos.

Além das parcerias entre associações indígenas, o CIR tem recebido importante apoio de instituições federais, tais como a Fundação Nacional do Índio, Fundação Nacional de Saúde, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Projeto Integrado de Proteção e Vigilância das Terras Indígenas da Amazônia Legal, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Também o Conselho recebe apoio de organizações não governamentais, tais como The Nature Conservancy, Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento, Agência Católica de Desenvolvimento, Oxford Committee for Famine Relief e Diocese de Roraima.

Relevante neste contexto foram as parcerias feitas entre o Conselho Indígena de Roraima e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através de uma proposta que uniu o conhecimento tradicional dos povos indígenas às tecnologias utilizadas pelo Ministério. Teve início então um projeto de capacitação dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar da Secretaria da Agricultura Familiar, tendo como base as linhas de atribuições do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O forte deste programa é a capacitação de pessoal e neste ponto nós relatamos a experiência da qual participamos. Foi uma ação incentivada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desenvolvido

nas comunidades indígenas de Roraima através de oficinas sobre agricultura e pecuária voltadas para as atividades das comunidades, sem perder de vista a cultura dos povos e os métodos tradicionais.

A EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL JUNTO ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS DE RORAIMA

Objetivos e etapas preliminares do programa de capacitação

Após a homologação da área indígena Raposa Serra do Sol, o Conselho Indígena de Roraima e o Ministério de Desenvolvimento Agrário promoveram ações de capacitação de pessoal indígena através da realização de oficinas nas comunidades. A idéia central das oficinas foi fazer com que representantes das comunidades discutissem seus almejos para desenvolverem suas aptidões agrícolas e pecuárias, e como estes anseios poderiam ser alcançados através de projetos comunitários.

Os trabalhos relativos a estas oficinas foram desenvolvidos na Terra Raposa Serra do Sol entre abril e setembro de 2006. Da nossa parte, começamos os trabalhos com levantamentos sobre a literatura disponível (Diocese, 2003; PPTAL, 2004, CIR, 2003, 2004). O objetivo foi duplo: ao mesmo tempo em que nos colocaríamos a par do que já foi discutido sobre problemas e condutas das comunidades, iríamos também conhecendo as demandas desejadas pelos indígenas. Assim poderíamos traçar a sistematização dos trabalhos.

Na seqüência foram estabelecidos os contatos com as lideranças das quatro etnorregiões: Surumu, Baixo Cotingo, Raposa e Serras. Nestes contatos preliminares com as comunidades foram definidas as demandas de cada comunidade para direcionar a capacitação e os critérios sobre como seria realizada esta tarefa. Para tanto, houve um procedimento de abordagem, onde os grupos locais assumiram o controle das determinações (Pimbert & Pretty, 2000), levando-se em consideração três aspectos de

interesses das comunidades indígenas: i) calendário de atividades, ii) produção e uso dos recursos naturais na região, iii) condições de acesso às comunidades.

Plano de trabalho e sistematização

Para a sistematização das oficinas foi elaborado juntamente com as comunidades um plano de trabalho contendo etapas e métodos. Desde o início ficou estabelecido que a comunicação nas oficinas fosse feita através da dinâmica oral entre os organizadores e participantes indígenas, complementada com material audiovisual e práticas de campo. O material didático foi adaptado à realidade local, buscando associar as tecnologias disponíveis ao conhecimento dos índios, de forma a criar uma parceria de “aprender e ensinar”, utilizando o método de capacitação proposto por Fabré *et al.* (2003).

Locais das oficinas, carga horária e participantes

As oficinas de capacitação foram realizadas nos centros regionais de cada etnorregião: maloca Canta Galo - Surumu, maloca Bismark - Raposa, maloca Maturuca e Pedra Preta – região das Serras. De acordo com solicitação das comunidades foram aplicadas onze oficinas com carga horária entre 16 a 32 horas/aulas, abrangendo as áreas temáticas agricultura (3 horas), pecuária (3 horas), piscicultura (4 horas) e manejo de fauna silvestre (1 hora).

A média de participantes foi em torno de 14 pessoas, todas indicadas pelas lideranças indígenas. O critério da escolha de participantes foi de acordo com a aptidão individual de cada um - vaqueiro, agricultor, pescador, piscicultor, estudante. Também participaram outras pessoas que exerciam atividades comunitárias além destas, tais como, capataz, professor, agente de saúde e líder comunitário. Assim foram capacitados 240 indígenas, de acordo com os temas propostos nas oficinas.

Conteúdo das oficinas

Os temas das oficinas foram centrados em manejo de pequenas e grandes criações, melhoramento genético, manejo de pastagem, culturas agrícolas, piscicultura e utilização dos recursos naturais (manejo da flora e fauna). Estes temas foram desenvolvidos o mais próximos possível das realidades locais, o que permitiu melhor eficiência na dinâmica de grupo, buscando incentivar nos participantes a expectativa de novas experiências a partir do conhecimento tecnológico, respeitando sempre os costumes e as tradições dos povos indígenas. Houve também o cuidado de se levar em consideração as heterogeneidades regionais, não só no modo de vida das comunidades, mas também no contexto ambiental (paisagem) e de organização política.

Temas relevantes e elaboração de propostas

Durante as oficinas foram discutidos relevantes aspectos sobre as potencialidades agropecuárias e dos recursos aquáticos da região, com discussões sobre a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ficou claro durante as oficinas, que as políticas públicas quando voltadas para os povos indígenas podem oferecer resultados muito interessantes, na medida em que se ajustam às necessidades reais das culturas tradicionais.

Foram elaborados dois conjuntos de propostas durante as oficinas. O primeiro conjunto, com 6 propostas, foi voltado para a produção de peixes em duas comunidades da região de Surumu (Canta Galo e Maravilha) e quatro comunidades da região das Serras (Maturuca, São Mateus, Nova Aliança e Morro). O segundo conjunto continha duas propostas, uma para construção de uma unidade de piscicultura na maloca Itacutu, e outra para produção agrosilvopastoril na maloca Lago da Praia, integrando a criação de gado de corte ao uso manejado do óleo de copaíba (*Copaifera sp.*). A copaíba é a espécie nativa mais abundante na área da comunidade.

A piscicultura discutida nas oficinas: ótima opção para o desenvolvimento das terras indígenas

Roraima produz 85,4% do consumo de pescado local, enquanto 14,6% do peixe consumido em Boa Vista vêm principalmente do Amazonas. Do pescado produzido em Roraima, estima-se que apenas 21,5% (1.500 ton/ano) são procedentes de estoques pesqueiros naturais, principalmente do baixo rio Branco, e 78,5% (5.500 ton/ano) são produzidos localmente. Isso perfaz um total de 7 mil ton/ano, abaixo da estimativa real de consumo, que é em torno de 8.200 ton/ano (déficit de 1.200 ton/ano), gerando a necessidade de importar peixes de outras regiões do país. Ainda assim, a maior parte do pescado produzido nas pisciculturas locais é destinada para o consumo de Manaus, enquanto Boa Vista fica com o produto considerado inferior: peixes menores.

A partir da década de 1990 a piscicultura em Roraima teve um incremento significativo. Até esta época havia 1.047,8 ha de lençol d'água propícios para criação de peixes, incluindo tanques escavados, barragens e lagos naturais perenes (excetuando-se rios e pequenos igarapés). A partir de 2000 estas áreas chegaram a dois mil hectares, 46% destas localizadas nas Terras Indígenas, principalmente na Raposa Serra do Sol.

Por outro lado, não é só a disponibilidade de água que vai garantir a produção de pescado, mas é preciso associar piscicultura a outras necessidades básicas, tais como insumos, produção de alevinos, assistência técnica, financiamento, transporte e comercialização. Um aspecto essencial para o cultivo de peixes é a aquisição de ração balanceada. O desenvolvimento de ração alternativa pode levar as comunidades indígenas a depender menos da ração comercial.

Caracterização da produção agrícola desenvolvida nas áreas indígenas: resultado das discussões realizadas nas oficinas

O modelo de produção agrícola da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, assim como de outras áreas indígenas de Roraima, é o sistema tradicional de produção herdado dos seus ancestrais, que consiste na produção de pequenas roças, tais como mandioca, batata, milho, feijão, banana, pimenta, etc. O sistema atende as necessidades de subsistência dos grupos familiares, os quais manejam suas próprias roças localizadas nas manchas de mata do lavrado, nas matas ciliares dos rios ou nas encostas de serras. Os indígenas entendem que este sistema deve ser mantido, sem serem descartadas novas técnicas agrícolas.

A escolha da área para construção da roça é de grande importância para a agricultura indígena, uma vez que uma área considerada boa propicia melhor qualidade do produto. A literatura cita que quando as características do ambiente forem favoráveis, é possível obter-se um incremento na produção agrícola, numa razão equivalente a força de trabalho (Noda *et al.*, 2001).

A força de trabalho nas roças é cultural, diferente entre homens e mulheres. Os homens empregam mais força na derrubada, queima, coivara, e plantio; as mulheres participam da manutenção da roça, colheita e beneficiamento dos produtos. Esta divisão social é de suma importância para manter a cultura indígena.

Durante as oficinas houve discussões interessantes a respeito das épocas do ano para plantios e colheitas, muito úteis para os mais jovens. As atividades agrícolas indígenas estão adaptadas aos períodos de chuva e estiagem. O preparo da terra se inicia em março ou abril e o plantio geralmente em maio, no início das chuvas. Em outubro e novembro ocorre a colheita das culturas anuais, por exemplo, o milho, feijão e melancia. Durante todo o ano os indígenas colhem as culturas perenes, por exemplo, banana, pimenta, mandioca, batata, abacaxi, mamão.

Aspectos sobre a produção pecuária discutidos nas oficinas: perspectivas para as comunidades indígenas

A chegada dos bovinos na região de Roraima, no final do século XVIII, tinha como objetivo depender menos da caça e da pesca, além de justificativa para ocupação efetiva das terras disputadas com outros países (Mast, 2006). A população indígena de Roraima participou diretamente das atividades de criação bovina como mão-de-obra escrava, raramente como proprietário de rebanhos, o que veio a acontecer apenas em meados do século XX.

A criação de gado, feita pelos índios do lavrado, teve singular importância no momento em que se decidiu pela retomada das terras. Com a ajuda de instituições parceiras, em 1981 foi instituído o já mencionado projeto “Uma vaca para um índio”, que marcou o início da retomada das terras pelos indígenas e o fortalecimento das suas organizações (Diocese, 2003; Penna, 2005).

Contudo, há a necessidade de se melhorar a produção bovina das comunidades, devido à endogenia dos rebanhos. As comunidades indígenas raramente conseguem bons reprodutores, obrigando a reprodução com animais de parentesco muito próximos, sem observar critérios zootécnicos.

Houve várias discussões sobre o gado durante as oficinas. O gado dos índios é da raça Nelore, com mistura de outras raças. É baixa a produtividade de leite, em torno de 2 litros diários por vaca. O desmame ocorre aos 6 meses ou mais. A idade de abate dos animais geralmente passa dos 4 anos, mas não existe uma época definida, podendo haver abate para eventos festivos ou durante emergências como “moeda de troca”, por isso gado é considerado como uma espécie de “poupança”.

Há muitos problemas associados à criação de gado no lavrado, discutido bastante nas oficinas. Um dos principais problemas é relacionado a ataques de morcegos hematófagos, parasitismos, intoxicações por plantas, brucelose a febre aftosa. Há uma limitação

com relação ao manejo da criação extensiva, porque durante a estiagem há escassez de alimento para o rebanho.

AVALIAÇÃO DAS OFICINAS REALIZADAS NAS TERRAS INDÍGENAS RAPOSA E SERRA DO SOL

Aspectos organizacionais que precisam ser entendidos e melhor preparados para as próximas oficinas

As atividades do projeto das oficinas participativas foram desenvolvidas durante seis meses (março a setembro de 2006) com ênfase na capacitação das comunidades. No início das ações houve diferentes expectativas quanto ao objetivo principal do projeto, o que contribuiu para algumas reações negativas de algumas lideranças regionais. Estas lideranças entenderam no início que o projeto seria para aquisição de insumos, equipamentos, e assistência técnica.

Foi tomada então a decisão de explicar melhor o programa de oficinas para as comunidades. Houve também vários questionamentos sobre o objetivo do projeto, porque as comunidades desejariam que a capacitação viesse acompanhada de ações que subsidiassem a implantação de um programa para ser executado pelos participantes indígenas.

Também o número de participantes das oficinas não atendeu a expectativa do projeto, que pretendia capacitar 600 indígenas. A idéia era envolver nas discussões as famílias, para que estas fossem agentes multiplicadores nas comunidades, levando informações das oficinas para toda a comunidade.

Aspectos organizacionais que geraram boas discussões entre os participantes e que foram relevantes para o sucesso das oficinas

De maneira geral, as atividades das oficinas proporcionaram importantes discussões entre as comunidades, não só dos seus problemas e soluções, mas também dos recursos naturais e humanos disponíveis nas áreas indígenas. Estas atividades muito contribuíram para consolidação do Programa de

Assistência Técnica e Extensão Rural na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, incentivado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com relação às discussões específicas sobre utilização dos recursos naturais, duas importantes ações foram desenvolvidas: i) levantamento dos produtos agrícolas e silvestres existentes nas comunidades indígenas com potencial de uso para criação alternativa de peixes, ii) levantamento dos lagos naturais no lavrado com potenciais de uso comunitário e criação de peixes regionais.

Dentre todas as discussões, a criação de peixes foi a que teve mais ênfase entre os participantes e foi a que está em execução em várias comunidades, com algum apoio da Funai e outras parcerias, por exemplo, Ministério do Desenvolvimento Social e Diocese de Roraima. A criação de peixes teve tanta aceitação, que várias comunidades estão implementando esta atividade com recursos próprios, e os resultados são auspiciosos. Esta foi uma significativa contribuição das oficinas.

Contudo, ainda é preciso superar várias dificuldades, mas certamente ações como a realização de oficinas nas comunidades indígenas e discussões com as lideranças são relevantes. Alguns temas para discussões em futuras oficinas poderão ser:

- Diagnósticos dos recursos naturais como medida imprescindível para uso econômico sustentável.

- Produção de alevinos no sentido de atender as comunidades indígenas com estoque de peixes para engorda.

- Preservação das nascentes dos rios, igarapés e dos lagos da região do lavrado.

- Manejo florestal voltado para as ilhas de mata, as mata ciliares e as matas de encosta das serras.

- Manejo da caça e da pesca utilizando técnicas tradicionais incorporadas às novas tecnologias.

- Produção agrícola utilizando tecnologias apropriadas para cada região.

- Melhoria da qualidade do rebanho bovino.

- Transferência de conhecimentos tradicionais entre etnias visando à produção de alimentos e excedente para a comercialização.

Agradecimentos: Às comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol somos especialmente gratos pela contribuição para a realização das oficinas. O Conselho Indígena de Roraima deu apoio logístico em todas as fases dos trabalhos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário deu apoio financeiro. Juan Herrera e Fabrício Nunes foram contratados na época pelo CIR para contribuir na execução das oficinas.

REFERÊNCIAS

- CIR - Conselho Indígena de Roraima, 2003. **Os índios de Roraima querem contribuir para as políticas ambientais e indigenistas do Brasil**. Atas e Documentos - Seminário Etnoambiental Indígena de Roraima. Boa Vista, (Manuscrito) 127p.
- CIR - Conselho Indígena de Roraima, 2004. **As preocupações ambientais dos povos indígenas**. Relatório da assembléia geral dos povos indígenas de Roraima, Boa Vista, (manuscrito) 215p.
- Diocese de Roraima. 2003. **Esenyamanto: o nosso trabalho. Projeto de desenvolvimento sustentável e fortalecimento político das comunidades indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima**. (manuscrito) 19p.
- Fabré, N.N., M.O.A. Ribeiro & J.F. Barros, 2003. A construção da transdisciplinaridade para o desenvolvimento integrado e participativo. A experiência do projeto PYRÁ, pp 67-84. *In: Sistema Aberto Sustentáveis-SAS. Uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia*. (M.O.A. Ribeiro & N.N.Fabré Orgs.). Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Mast, J.M.H. 2006. **Bovinocultura na Amazônia: evolução e suas implicações como atividade econômica no Amazonas**. Dissertação de Mestrado em Agricultura no Trópico Úmido. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus 58p.
- Noda, S.N., H. Noda, H.S. Pereira & A.U.M. Martins, 2001. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas, pp 181-204. *In: Espaços e recursos naturais de uso comum*. (A.C. Diegues & A.C. Moreira (Eds.)). Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – Universidade de São Paulo 294p.
- PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal, 2006. **Projeto Piloto Ambiental de Desenvolvimento Auto-Sustentado para a Área Indígena Raposa Serra do Sol**. (manuscrito) 150p.

- Penna, V. M. 2005. **Estrutura tecnológica e modelos adequados de atividades pastoris para atender os povos indígenas da região de São Marcos, no âmbito do Programa São Marcos.** Relatório Técnico (manuscrito) 36p.
- Pimbert, M.P. & J.N. Pretty, 2000. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo participação no manejo de áreas protegidas, pp 183-223. *In: Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.* (A.C. Diegues (Ed.). Editora Hucitec, São Paulo 290p.
- Vanzolini, P.E. & C.M. Carvalho, 1991. Two sibling and sympatric species of *Gymnophthalmus* in Roraima, Brasil (Sauria: Teiidae). **Papéis Avulsos de Zoologia**, 37(12):173-226.

Aceito em 28.vii.2011